

Automedicação em profissionais das áreas de enfermagem e farmácia em ambiente hospitalar na cidade de São José do Rio Preto-SP

Self Medication in nursing and pharmacist personnel at in-hospital environment in the City of São José do Rio Preto

Rodrigo F. Munhoz¹, Adriano M. Gatto¹, Ana Regina C. Fernandes²

¹Farmacêutico*; ²Professora orientadora*

*Universidade Paulista – UNIP, Campus JK de São José do Rio Preto-SP

Resumo **Introdução:** no Brasil a prática da automedicação é bastante difundida. Atualmente existem vários trabalhos abordando este assunto, porém sem ênfase aos profissionais de saúde que estão em contato direto com medicamentos, bem como poucas campanhas de prevenção a esta prática. **Objetivos:** verificar a prevalência da automedicação em profissionais das áreas de enfermagem e farmácia em ambiente hospitalar, utilizando uma pesquisa não experimental descritiva. **Materiais e métodos:** foram avaliados todos os profissionais da área farmacêutica do hospital e de enfermagem nos setores de ginecologia e obstetrícia, pediatria, UTIs pediátrica, neonatal, semineonatal, semipediátrica e cardiopediátrica, por meio de um instrumento de coleta de dados na forma de questionário elaborado pelos próprios pesquisadores tomando como base um questionário publicado na literatura. O questionário respondido foi colocado em um envelope lacrado e depositado em uma urna disponibilizada pelos pesquisadores. **Resultados:** Foram avaliados 237 profissionais. A prevalência da automedicação foi de 56%, sendo que 58% eram mulheres de até 41 anos e 37% relataram se automedicar por achar o problema pouco importante. A maior prevalência foi observada para as enfermeiras (75%). A classe medicamentosa mais utilizada foi o analgésico com 91% de relatos, 27% dos pesquisados responderam ter notado algumas reações adversas aos medicamentos. **Discussão e conclusão:** Os resultados indicam que a automedicação é uma prática frequente também em profissionais da área da saúde. A autoconfiança e o descuido com a própria saúde são fatores fundamentais na automedicação desse grupo.

Palavras-chave Automedicação; Enfermagem; Farmácia.

Abstract **Introduction:** In Brazil, the practice of self-medication is widespread. Today, there are several studies to address this issue. Although, they have not focused on the health professionals directly involved with medication, and there have been only a few campaigns to address the prevention of self-medication. **Aim:** For this reason, this study aimed at the verification of self-medication prevalence among nursing and pharmaceutical professionals at hospitals, employing non-experimental descriptive research. **Materials and methods:** We evaluated all the professionals working in the hospital pharmaceutical area, as well as the nursing personnel in the following areas: obstetrics and gynecology, pediatrics, pediatric ICU, neonatal ICU, semi-neonatal ICU, cardio-pediatric ICU, and semi-cardio-pediatric ICU. A questionnaire was used as an instrument to collect data. It was elaborated by researchers themselves with the aid of a questionnaire published in the literature. When the questionnaire was completely answered, it was placed in a sealed envelope and deposited in a ballot-box provided by researchers. **Results:** It has been evaluated 237 professionals. The prevalence of self-medication was 56%, of which 58% were women up to the age of 41 years. In this study, 37% of the people studied reported self-medicating themselves because they believed their problem was of minor importance. The highest percentage was observed in nurses (75%). Analgesic was the most commonly used drug, accounting for 91% of the cases, and 27% of the participants noticed adverse reactions to medications. **Discussion and conclusion:** The results indicate that self-medication among health professionals is a common practice. Over-confidence in medical matters and neglect of their own health are fundamental factors, which lead to self-medication in this group.

Keywords Self Medication; Nursing; Pharmacy.

Introdução

A automedicação é um procedimento caracterizado pela iniciativa do doente ou de seu responsável em obter ou produzir e utilizar um produto que acredita que lhe trará benefícios no tratamento de doenças ou alívio dos sintomas⁽¹⁾.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS a automedicação é entendida como parte das ações de autocuidado, que é definido como: o que as pessoas fazem por si mesmas para estabelecer e manter a saúde, prevenir e lidar com a doença. É um conceito amplo, que abrange: higiene (geral e pessoal), nutrição (tipo e qualidade do alimento ingerido), estilo de vida (atividade física, lazer); fatores ambientais (condições de vida, hábitos sociais e outros); fatores socioeconômicos (nível de renda, crenças culturais, etc.); automedicação⁽²⁾.

No Brasil cerca de 80 milhões de pessoas são adeptas da automedicação⁽³⁾. Existem dados conflitantes sobre a automedicação em zona urbana tanto na estatística da prevalência (desde 42,1% até 96,6%), quanto na sua correlação com variáveis como sexo e idade⁽⁴⁾. A automedicação parece estar relacionada com a renda. O perfil do consumidor brasileiro de medicamentos é constituído por três classes: a primeira, que possui renda acima de dez salários mínimos, consome 48% do mercado total de medicamentos e representa 15% da população; a segunda tem renda em torno de quatro a dez salários mínimos, consome 36% do mercado e é formada por 34% da população; a terceira, com renda de zero a quatro salários mínimos, consomem apenas 16% do mercado e é constituída por 51% da população⁽⁵⁾.

A automedicação também pode ser considerada uma forma de não adesão às orientações médicas e de saúde⁽⁶⁾. Neste contexto, observa-se que os efeitos consequentes desta prática seguem alguns parâmetros: o mais perigoso trata-se das reações adversas causadas pelo uso simples ou abusivo de medicamentos, outro refere-se a mascarar diagnósticos importantes e simples que acabam por se agravar com o tempo⁽⁷⁾. O uso inadequado de substâncias e até mesmo drogas consideradas simples pela população, como os medicamentos de venda livre, tais como analgésicos, podem acarretar diversas consequências: reações de hipersensibilidade; resistência bacteriana; estímulo para a produção de anticorpos sem a devida necessidade; dependência do medicamento sem a precisão real; hemorragias digestivas dentre outros⁽⁸⁾. No Brasil, como na maioria dos países, os medicamentos se apresentam como o principal agente tóxico, respondendo por aproximadamente 28% dos casos de intoxicação humana registrados anualmente⁽⁹⁾.

A utilização inadequada de medicamentos pode tornar difícil a detecção de doenças, pois as complicações são verificadas em longo prazo, fazendo com que não se percebam efeitos indesejáveis que a automedicação pode acarretar como agravos e mascaramento de doenças, interação medicamentosa e intoxicações⁽¹⁾.

Entre outros problemas que ocorrem com o uso inadequado dos medicamentos estão: aumento nas reações adversas a medicamentos que são definidas pela OMS como qualquer efeito prejudicial ou indesejável, não intencional, que aparece após a

administração de um medicamento em dose normalmente utilizadas no homem para a profilaxia, o diagnóstico e o tratamento de uma enfermidade; erros no uso de medicamentos tais como dosagem, posologia, duração do tratamento e via de administração; uso de medicamentos relativamente perigosos, como os de controle especial⁽¹⁰⁾.

A automedicação é uma prática que ocorre também em países desenvolvidos como nos Estados Unidos da América, onde foi estimado que 10,8% dos pacientes hospitalizados sofrem de reações adversas a medicamentos, a um custo anual entre 1,4 e 4 bilhões de dólares sendo que estas reações estão entre a 4ª e a 6ª causa mais comum de morte⁽¹⁰⁾.

Em um estudo realizado com profissionais da rede básica de saúde, foi destacado que dos 329 profissionais entrevistados, 47% referiram uso de medicamento nos últimos 15 dias independente de terem problemas de saúde. A automedicação era uma prática frequente, pois 25% dos entrevistados afirmaram que a maioria dos medicamentos que usavam não tinha prescrição médica. De acordo com a função do profissional, a prevalência de automedicação teve grande variação. Os médicos referiram quatro vezes mais o uso de medicamentos sem prescrição quando comparados com trabalhadores de nível médio de escolaridade⁽¹¹⁾.

O profissional de enfermagem possui fácil acesso a drogas psicotrópicas, se automedica e controla a quantidade da droga conforme seus próprios critérios. O acesso referido é a disponibilidade em conseguir receita com um médico das suas relações interpessoais, sem acompanhamento do tratamento⁽¹²⁾. Entretanto, quando se avaliam os artigos científicos publicados sobre o uso de medicamentos no Brasil e América Latina apenas 7,4% estão relacionados com os profissionais da área da saúde⁽¹³⁾.

A tendência entre o maior nível de instrução e a prática de automedicação se estarem relacionadas, reforçada pela pequena quantidade de trabalhos sobre automedicação nos profissionais de saúde, justifica portanto, uma investigação sobre a prevalência da automedicação em profissionais das áreas de enfermagem e farmácia em ambiente hospitalar, com ênfase nas motivações que levam os indivíduos a se automedicação e na investigação dos problemas decorrentes da prática da automedicação.

Objetivos

Este estudo teve como proposta verificar a prevalência da automedicação em profissionais das áreas de enfermagem e farmácia em ambiente hospitalar. Verificar quais os motivos que levaram esses profissionais a se automedicação; apontar a relação entre a automedicação e variáveis como faixa etária, sexo e renda familiar; conhecer quais as classes de medicamentos mais utilizadas na automedicação; verificar se a automedicação estava relacionada com a formação profissional de cada indivíduo; constatar a ocorrência de reações adversas referidas da automedicação pelos indivíduos.

Metodologia

Tratou-se de uma pesquisa não experimental descritiva. O

trabalho foi realizado com os profissionais de enfermagem no quarto e quinto andares do Hospital de Base de São José do Rio Preto nos setores de ginecologia e obstetrícia, pediatria, UTIs pediátrica, neonatal, semineonatal, semipediátrica e cardiopediátrica; com relação aos farmacêuticos, o estudo abrangeu todos os setores do hospital, totalizando 187 e 50 profissionais respectivamente.

Após a explicação sobre o objetivo da pesquisa, o sujeito da pesquisa que concordou em participar assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Ele recebeu o instrumento de coleta de dados na forma de questionário que foi elaborado pelos próprios pesquisadores com base em um questionário publicado na literatura. Pode respondê-lo em momento oportuno durante seu período de trabalho ou levá-lo para casa, devolvendo no dia seguinte. O questionário respondido foi colocado em um envelope lacrado e depositado em uma urna disponibilizada pelos pesquisadores. Foram excluídos da pesquisa os sujeitos que não concordaram em participar e/ou não assinaram o TCLE, sujeitos que estavam de férias ou ausentes durante o período da pesquisa. O estudo foi realizado após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FAMERP, parecer número 353/2008.

A análise dos dados foi realizada através de porcentagens simples e numérica, sendo apresentada descritivamente e na forma de gráficos.

Resultados

Dos 300 questionários entregues 79% foram respondidos, sendo que destes 84% eram mulheres e 16% homens. As idades variaram de 19 a 54 anos, com 83% dos indivíduos na faixa etária menor de 41 anos, 13% acima de 41 anos e 4% não responderam a esta questão. Com relação ao estado civil, os casados totalizaram 47%, solteiros 36%, divorciados, 11%, amasiados 5% e viúvos 1%.

Com relação ao cargo ocupado pelos indivíduos amostrados, pode-se observar que 60% são auxiliares de enfermagem, 12% são enfermeiros, 5% são farmacêuticos, 7% são técnicos em enfermagem e 16% técnicos em farmácia. Relataram trabalhar 6 horas por dia 46% dos pesquisados, entre 8 a 12 horas 51% dos indivíduos e com carga horária superior a 12 horas, 3% dos questionados. Quanto à renda familiar com base no salário mínimo da época (R\$ 415,00), 44% dos indivíduos responderam se enquadrar na faixa entre 4 a 6 salários mínimos, 39% entre 1 a 3 salários e o restante da amostra tem uma renda maior ou não respondeu a esta questão (Figura 1).

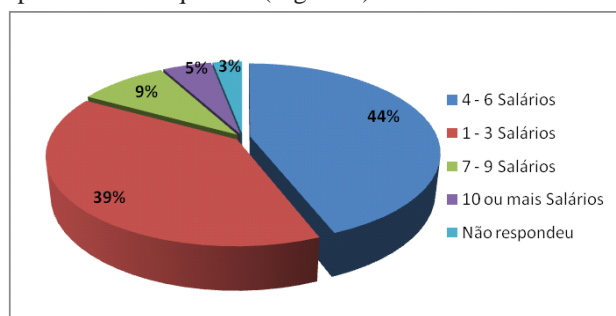


Figura 1. Renda familiar com base no salário mínimo de R\$ 415,00.

Os funcionários que trabalham na área da saúde a menos de 10 anos somam 66%. Os indivíduos foram questionados quanto ao turno de trabalho. A maioria dos profissionais (60%) trabalha no período diurno, 34% no período noturno e 6% nos dois períodos. Questionados se possuíam outro emprego, 80% responderam que não.

A prática da automedicação foi analisada e 56% das pessoas disseram ter o hábito de se automedicar, 26% já tiveram esse hábito e 18% nunca o tiveram (Figura 2). Questionados sobre os principais motivos que os levaram a se automedicar, 37% relataram se automedicar por achar que o problema era pouco importante e 27% por saber qual a doença e o medicamento indicado.

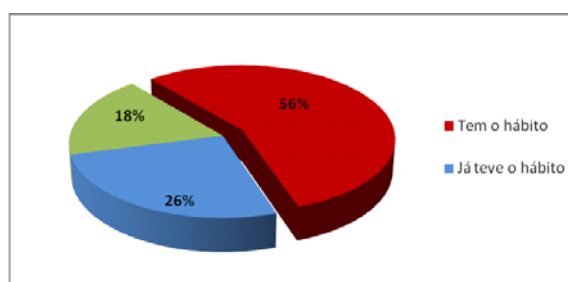


Figura 2. Prevalência do hábito de automedicação no grupo amostrado

Com relação à classe dos medicamentos mais utilizados foram indicados 25 tipos diferentes e para cada uma delas deveria ser respondido se já houve automedicação com esse medicamento ou não (Figura 3).

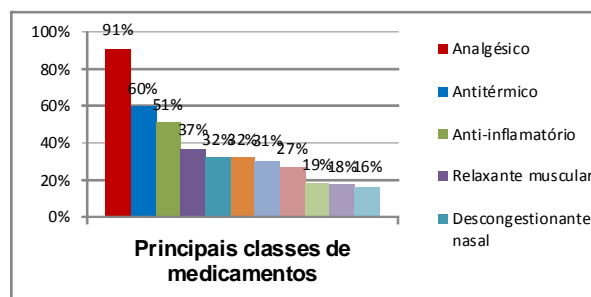


Figura 3. Classes de medicamentos mais utilizadas na automedicação do grupo amostral.

A maioria dos questionados, ou seja, 63% consideram que seu aprendizado sobre medicamentos na sua formação profissional foi apenas de noções básicas e 72% acreditam que o fácil acesso às informações influencia na automedicação. Ao se automedicar, os pesquisados relataram que obtiveram informações sobre o medicamento principalmente através de conhecimentos próprios (69%) e com o farmacêutico (18%). Quanto aos efeitos colaterais e reações adversas aos medicamentos (RAM), 27% dos pesquisados disseram já ter notado alguns deles. A grande maioria da amostra (98%) disse que não houve efeito colateral que atrapalhasse suas atividades normais ainda que 57% tenham relatado que já utilizaram algum tipo de medicamento durante seu expediente de trabalho.

Ao serem questionados sobre a utilização de diferentes medicamentos em um mesmo período, apenas 24% responderam

que já utilizaram e quando se fez a afirmação de que o uso de mais de um medicamento concomitantemente pode acarretar uma interação medicamentosa, 23% dos que relataram já ter utilizado mais de um medicamento em um dado período notaram diminuição do efeito, 36% perda do efeito, 18% notaram potencialização do efeito e 12% algum tipo de reação adversa (Figura 4).

A maioria dos indivíduos que fazem uso da automedicação, disseram ter observado a posologia e duração do tratamento adequadamente ao se automedicar, contabilizando 76%. Cerca de 45% dos pesquisados disseram já ter indicado algum tipo de medicamento a alguém e 39% relataram ter orientado sobre a posologia e duração do tratamento.

Dos profissionais pesquisados, 74% disseram não poder ter uma conduta de se automedicar apesar de estar em contato diário com vários medicamentos e 58% disseram conhecer alguma pessoa de seu ambiente profissional que se automedica por acreditar deter conhecimento sobre medicação.

Questionados se a propaganda de medicamentos influencia em sua automedicação, 39% dos profissionais acham que influencia muito, 33% que influencia pouco e 28% acham que não influencia.

Discussão

Houve uma adesão de 79% aos questionários distribuídos para os profissionais avaliados, sendo 84% do gênero feminino, resultado semelhante ao encontrado por Barros e colaboradores (86,6%)⁽¹⁴⁾. A avaliação da relação entre o gênero da amostra e a automedicação ficou prejudicada devido à disparidade da amostragem, uma vez que os profissionais para o qual a pesquisa foi aplicada, são na sua maioria do sexo feminino. Das 200 mulheres pesquisadas 115, ou seja, 57,5% relataram se automedicar e dentre os 37 homens, 16 (43%) relataram o mesmo. Quando avaliados conjuntamente, a prevalência da automedicação foi de 56%, número próximo ao que foi encontrado por Vilarino e colaboradores (53,3%) no município de Santa Maria-RS⁽⁴⁾. Porém foi superior aos valores de 24,8% e 24,2% nos profissionais da rede básica de saúde da zona urbana de Pelotas-RS e nos trabalhadores de enfermagem nos hospitais públicos do Rio de Janeiro-RJ respectivamente⁽¹¹⁾.

Os profissionais de enfermagem se automedicaram mais que os profissionais da área farmacêutica. No primeiro grupo, os profissionais que mais relataram se automedicar tinham nível superior de ensino (75%). Barros e colaboradores relataram em seu estudo a prevalência de automedicação em enfermeiras quando comparadas com todo o grupo de enfermagem⁽¹⁴⁾, assemelhando-se também com o resultado de um estudo realizado na Suíça em profissionais de nível superior em medicina no qual foi encontrada maior incidência da automedicação nesses profissionais, que consomem drogas farmacêuticas prescritas por eles mesmos, pois têm fácil acesso e poucas barreiras para utilizá-las⁽¹⁵⁾.

De acordo com os dados obtidos, o analgésico foi o medicamento mais utilizado seguido do antitérmico, anti-inflamatório, relaxante muscular e descongestionante nasal. Os resultados foram semelhantes aos encontrados em determinada

população de idosos na cidade de Salgueiro-PE, sendo que as classes terapêuticas mais utilizadas foram o analgésico seguido de antipirético, anti-inflamatório, vitaminas e antiespasmódico⁽¹⁶⁾. No presente estudo, o antiespasmódico apareceu em sétimo lugar como medicamento mais utilizado tendo em vista a predominância do sexo feminino. Outro dado interessante foi o fato do descongestionante nasal aparecer como quinto medicamento mais utilizado na automedicação dos indivíduos amostrados. Segundo Zafanni e colaboradores, os vasoconstritores nasais são utilizados por um prazo maior que o indicado pelo médico, além de serem comprados livremente nas farmácias e seus usuários não considerarem o uso crônico como um problema de saúde⁽¹⁷⁾.

Conforme relatado, 57% dos indivíduos já utilizaram algum tipo de medicamento durante seu expediente de trabalho e 27% já sofreram algum tipo de efeito colateral ou reação adversa ao medicamento (RAM). Uma observação importante é que o relaxante muscular foi o quarto medicamento mais utilizado na automedicação individual (37% de relatos) e sabendo-se que essa classe de medicamento, a exemplo da ciclobenzaprina, pode apresentar algumas reações adversas (RA) como sonolência, vertigem, fadiga e outros⁽¹⁸⁾, seria sugestivo que um percentual significativo dos indivíduos relatasse a ocorrência de algum efeito colateral ou RA que talvez pudesse ter prejudicado suas atividades; porém, apenas 2% confirmaram essa hipótese.

Dos pesquisados, 24% referiram já ter utilizado mais do que um medicamento concomitantemente. Outro fator importante analisado foi a interação medicamentosa que ocorre entre medicamentos utilizados no mesmo período. Em uma interação medicamentosa as respostas decorrentes podem acarretar diminuição, perda ou potencialização do efeito terapêutico, redução da eficácia, aparecimento de reações adversas com distintos graus de gravidade ou ainda, não causar nenhuma modificação no efeito desejado do medicamento⁽¹⁹⁾. Neste estudo, interações medicamentosas foram relatadas por 21,1% dos pesquisados, sendo as que as mais preocupantes foram a perda (32%) e a potencialização do efeito terapêutico (17%).

Apesar de a maioria dos questionados considerar seu aprendizado sobre medicamentos como noções básicas (63%), pressupondo assim que a amostra estaria menos segura para se automedicar, 56% do total relataram que tem o hábito de se automedicar, principalmente quando julgam que o problema é pouco importante (37%).

Em dada população, o percentual daqueles que leem a bula, mas o fazem com dificuldade, é cerca de 77% e a posologia é um dos itens mais lidos para 16% dos indivíduos sendo a indicação terapêutica do medicamento o item lido primeiramente com 20%⁽²⁰⁾. Ao se automedicar, os profissionais pesquisados relataram que obtiveram informações sobre o medicamento através de conhecimentos próprios (69%) e esta prática é influenciada pelo fácil acesso as informações sobre medicamentos. A respeito da atenção do profissional à posologia do medicamento em sua automedicação ou mesmo quando não tenha recebido a orientação adequada do médico sobre o tratamento, 76% se preocupam com o modo de utilizar essa droga, o que indica que o profissional tem uma maior facilidade

em obter e interpretar informações contidas no próprio medicamento (Bula) ou através do Dicionário de Especialidades Farmacêuticas (DEF) e outros tipos de literatura ou recursos encontrados no ambiente hospitalar.

Em relação à hipótese levantada sobre a conduta da automedicação do profissional estar relacionada no contato diário com vários medicamentos, 74% disseram não ser motivados por este contato. A maioria dos questionados (58%) disseram conhecer alguém do seu ambiente profissional que se automedica por achar deter conhecimento sobre medicação, dessa forma sugerindo que o fácil acesso as informações possa ser o fator determinante na automedicação individual dos profissionais de farmácia e enfermagem em ambiente hospitalar. A população brasileira parece estar excessivamente exposta à propaganda, como indica o fato de 72% dos profissionais pesquisados referirem que a propaganda influi em sua automedicação.⁽⁷⁾

Apesar da grande adesão dos pesquisados ao trabalho desenvolvido, algumas dificuldades poderiam ter sido sanadas se a distribuição dos questionários tivesse sido realizada por etapas, com o prazo para recolhimento aumentado, minimizando assim dificuldades encontradas na entrega e recolhimento destes. Não foi possível a comparação entre os gêneros com relação à automedicação, pois nas categorias profissionais avaliadas, a maioria dos indivíduos questionados eram mulheres, o que poderia provocar um viés amostral.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a baixa disponibilidade de trabalhos que enfocam o mesmo grupo estudado em relação à automedicação, acarretando assim dificuldade na comparação dos resultados obtidos.

Conclusão

A automedicação é uma prática frequente nos profissionais de enfermagem e farmácia no ambiente hospitalar. Pode-se notar que mais da metade dos indivíduos avaliados (56%) referiu utilizar-se dessa prática. Os principais motivos que levam estes profissionais a se automedicar é a autoconfiança, fácil acesso ou o descuido com a própria saúde. Tal prática é mais comum até a quarta década de vida e dentre os profissionais pesquisados, os com nível superior de ensino em enfermagem são os que mais se automedicam.

As principais classes de medicamentos utilizadas na automedicação foram os analgésicos, antitérmicos, anti-inflamatórios, relaxantes musculares e descongestionantes nasais. Foram relatadas as ocorrências de reações adversas a medicamentos e efeitos indesejáveis decorrentes de interações medicamentosas.

Os dados apresentados revelam a necessidade de um trabalho de conscientização desses profissionais. As instituições hospitalares deveriam atentar-se para tal problema e instituir programas de saúde continuados voltados para esses profissionais, orientando-os sobre as consequências das reações adversas, possíveis complicações e comprometimento laboral.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Paulista – UNIP – Campus JK de São José do Rio Preto, ao Hospital de Base – FAMERP. À nossa orientadora Professora Doutora Ana Regina Chinelato Fernanades, à farmacêutica Especialista Joelma Villafanha Gandolfi, à enfermeira Doutora Maria Regina Lourenço Jabur e a todos os profissionais que participaram deste projeto.

Referências bibliográficas

1. Paulo GL, Zanini AC. Automedicação no Brasil. *Rev Assoc Med Bras* 1988;34(2):69-75.
2. World Health Organization. The role of the pharmacist in self-medication and self-care. Geneva; 1998 [acesso em 2009 Jan 10]. Disponível em: <http://apps.who.int/medicinedocs/collect/medicinedocs/pdf/whozip32e/whozip32e.pdf>
3. Associação Brasileira de Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição. Informação e automedicação responsável [acesso em 2008 Ago 4]. Disponível em: http://www.abimip.org.br/area/position_publicidade.pdf
4. Vilarino JF, Soares IC, Silveira CM, Rödel APP, Bortili R, Lemos RR. Perfil da automedicação em município do Sul do Brasil. *Rev Saúde Pública* 1998;32(1):43-9.
5. Brasil. Ministério de Saúde. Portaria n. 3.916/GM de 30 de outubro de 1998. Política Nacional de Medicamentos [acesso em 2009 Jan 29]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/politica_medicamentos.pdf
6. Penna AB, Borges CC, Batista RD, Siqueira IMC. Análise da prática da automedicação em universitários do campus Magnus – UNIPAC - Barbacena, MG. In: 2º Congresso Brasileiro de Extensão universitária; 2004; Belo Horizonte-MG. Anais. Barbacena: Universidade Professor Antônio Carlos; 2004.
7. Associação Médica Brasileira. Automedicação. *Rev Assoc Med Bras* 2001;47(4):269-70.
8. Minatti-Hannuch SN, Smith RL, Guimarães AS, Mestre-Rosa VL, Marques SES. Uso de substâncias para alívio imediato da dor (SAID) em pacientes com cefaléia: estudo em uma população ambulatorial. *Rev Assoc Med Bras* 1992;38(1):17-23.
9. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Medicamentos [acesso em 2009 Jan 29]. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/sinitox/medicamentos.htm>
10. Green T, Beith A, Chalker J. Drug and therapeutics committees: vehicles for improving rational drug use. *Essent Drugs Monit* 2003;32(1):10-1.
11. Tomasi E, Sant'anna GC, Oppelt AM, Petrini RM, Pereira IV, Sassi BT. Condições de trabalho e automedicação em profissionais da rede básica de saúde da zona urbana de Pelotas -RS. *Rev Bras Epidemiol* 2007;10(1):66-74.
12. Baggio MA, Formaggio FM. Profissional de enfermagem: compreendendo o autocuidado. *Rev Gaúch Enferm* 2007;28(2):233-41.
13. Leite SN, Vieira M, Veber AP. Estudos de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina. *Ciênc Saúde Coletiva* 2008;13(Suppl):793-802.
14. Barros ARR, Griep RH, Rotenberg L. Automedicação entre os trabalhadores de enfermagem de hospitais públicos. *Rev Latinoam Enferm* 2009;17(6):1015-22.
- 15-Schneider M, Gallacchi MB, Goehring C, Künzi B, Bovier

- PA. Personal use of medical care and drugs among Swiss primary care physicians. *Swiss Med Wkly* 2007;137(7):121-6.
16. Sá MB, Barros JAC, Sá MPB. O. Automedicação em idosos na cidade de Salgueiro-PE. *Rev Bras Epidemiol* 2007;10(1):75-85.
17. Zaffani E, Rufca GF, Kamimura A, Maniglia JV, Fernandes AM. Perfil epidemiológico dos pacientes usuários de descongestionantes nasais tópicos do ambulatório de otorrinolaringologia de um hospital universitário. *Arq Ciênc Saúde* 2007;14(2):99-102.
18. Bula Cicloenzaprina [acesso em 2009 Jan 10]. Disponível em: <http://www.bulas.med.br/index.pl?act=search&q=cicloenzaprina>
19. Oga S, Basile AC. Medicamentos e suas interações. São Paulo: Atheneu; 1994.
20. Silva M, Almeida AE, Oliveira AM, Correia CC, Benzatti FP, Fernandes JT, et al. Estudo da bula de medicamentos: uma análise da situação. *Rev Ciênc Farm Básica Apl* 2006;27(3):229-36.

Correspondência:

Rodrigo Freo Munhoz.
Rua Gilberto Mello Freyre, 221
15041-019 - São José do Rio Preto-SP.
e-mail: rodrigofmunhoz@hotmail.com.
Tel.: (17)3237-7274
